

Despesas com remunerações de pessoal financiadas em custos reais

Orientação Técnica

Julho 2025

Âmbito

A presente orientação visa apoiar as entidades beneficiárias e prevenir a ocorrência de desconformidades relacionadas com a imputação de despesas com remunerações de pessoal financiadas em custos reais.

Enquadramento legal e condições de elegibilidade dos custos com pessoal

De acordo com a alíneas c) do n.º 2 do artigo 23º do Regulamento Específico da Área Temática Demografia, Qualificações e Inclusão (REDQI) para o período de programação 2021-2027 (doravante designado de Regulamento Específico), aprovado pela Portaria n.º 325/2023, de 30 de outubro, e alterado pela Portaria n.º 152/2024, de 17 de abril, no âmbito de projetos no domínio da inclusão social são elegíveis:

- os **encargos com outro pessoal afeto à operação**, incluindo as despesas com remunerações de pessoal dirigente, técnicos, pessoal administrativo, mediadores socioculturais e mediadores pessoais e sociais, bem como de outro pessoal envolvido nas fases de conceção, preparação, desenvolvimento, gestão, acompanhamento e avaliação da operação, nos termos do artigo 27.º do Regulamento Específico.

1. Elegibilidade temporal das despesas

Consideram-se elegíveis as despesas efetuadas e pagas dentro do período de elegibilidade, ou seja, no período compreendido entre os **60 dias úteis anteriores à data de apresentação da candidatura e os 90 dias úteis subsequentes à data de conclusão da operação**, que constituem a data limite para a apresentação do saldo (sendo que, quando a prorrogação do prazo de entrega do saldo seja autorizada pela AG, para além dos 90 dias subsequentes à data da conclusão da operação, considera-se elegível a despesa realizada e paga até à nova data fixada).

2. Natureza e limites das despesas elegíveis com pessoal interno

Tendo por base o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º e a alínea a) do artigo 27.º do Regulamento Específico, as despesas com a **remuneração de pessoal interno**¹ são elegíveis desde que correspondam à remuneração a que tenham direito por força da sua relação laboral com a entidade empregadora, a qual integra:

- i. a **remuneração base mensal**;
- ii. os **encargos obrigatórios** da entidade patronal, decorrentes da lei e dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho;
- iii. outras **prestações regulares e periódicas** documentalmente comprováveis que integrem a remuneração, desde que refletidas na contabilidade da entidade patronal;
- iv. remuneração relativa a horas prestadas fora do período normal de trabalho, a título de **trabalho suplementar**², desde que observado o regime jurídico para o efeito aplicável, no que respeita à sua autorização, limites de duração e limites remuneratórios.

O somatório das remunerações resultantes do trabalho prestado dentro (remuneração base mensal e prestações regulares e periódicas) e fora do período normal de trabalho a considerar para efeitos do cálculo das remunerações a imputar a financiamento, com exclusão dos encargos obrigatórios por conta da entidade patronal, não pode exceder o valor previsto para a **remuneração base dos cargos de direção superior de 1.º grau da Administração Pública**³, salvo se as remunerações se encontrarem fixadas por lei, por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou por referência a esse instrumento.

¹ Entende-se por pessoal interno aquele que possui um contrato de trabalho com o beneficiário, nomeadamente o pessoal contratado especificamente para a execução de atividades da operação ou pessoal da entidade que passa a realizar atividades da operação

² Estas despesas devem ser declaradas em função das horas reais mensalmente prestadas no âmbito da operação, a título de trabalho suplementar, uma vez que a remuneração dessas horas é diferenciada consoante o dia/horário em que o mesmo é prestado e o número total de horas extraordinárias prestadas pelo/a trabalhador/a ao longo do ano

³ O valor atualizado à data (2025) é de 4.096,10 € ([DGAEP - Direção-Geral da Administração e do Emprego Público](#)).

Ressalva-se que, caso o valor da remuneração base mensal e/ou das outras prestações regulares e periódicas exceda o referido limite, o valor a imputar a financiamento com os encargos obrigatórios da entidade patronal associados a essas duas componentes deverá também ter por base esse limite.

Tratando-se de **pessoal interno afeto à operação a tempo parcial**, estas despesas devem ser declaradas através de uma **taxa de imputação**, calculada na devida proporção das horas prestadas durante o período normal de trabalho no âmbito da operação, considerando:

1. a **% de afetação declarada**, quando o valor médio mensal se mantém constante durante a operação;
2. a **% de afetação decorrente de Registo horário de tarefas**, quando existam flutuações.

Procedimentos a adotar

- As **remunerações mensais** a imputar à operação devem contemplar os **encargos sociais obrigatórios** por conta da entidade patronal, o **subsídio de refeição**, o **seguro de acidentes de trabalho**, os encargos com **medicina no trabalho**, assim como os **duodécimos dos subsídios de férias e de Natal**, desde que relevados contabilisticamente, independentemente de se encontrarem, ou não, pagos à data da imputação da despesa.
- Para efeito de apuramento da **taxa com o seguro de acidentes de trabalho**, os beneficiários devem ter em consideração o valor da apólice de seguro de acidentes de trabalho, o capital coberto, o período a que o seguro reporta e os colaboradores/as que o mesmo abrange.
- O valor máximo elegível do **subsídio de refeição diário** a considerar corresponde

ao valor fixado para os trabalhadores com vínculo de trabalho em funções públicas que se encontrar em vigor à data de reporte, ou ao valor que resultar de Convenção Coletiva de Trabalho, quando exista. Este subsídio de refeição poderá ainda ser atribuído através de vales de refeição/cartões eletrónicos, desde que respeitados os limites atrás mencionados. Isto significa que, caso o subsídio de refeição diário exceda o citado limite, o respetivo diferencial é considerado não elegível.

- O número de horas trabalhadas no âmbito da operação deve estar suportado através de **Registo horário de tarefas** (vulgarmente designado por *Timesheet*), devidamente assinado pelo colaborador/a e validado pelo respetivo superior hierárquico, ou **Declaração do beneficiário atestando a percentagem de afetação**, quando a mesma é constante ao longo da operação.
- O apuramento do **valor máximo elegível mensal relativo a horas prestadas fora do período normal de trabalho** terá de ser objeto de tratamento autónomo, porque, por um lado, esta componente não releva, nomeadamente, para efeitos de subsídio de férias, subsídio de Natal, seguro de acidentes de trabalho e encargos com medicina no trabalho e, por outro lado, as horas prestadas fora do período normal de trabalho são remuneradas de forma diferenciada consoante o dia/horário em que as mesmas são prestadas.
- As horas de trabalho suplementar prestadas no âmbito da operação devem estar suportadas por um Registo Horário de Tarefas (vulgarmente designado por *Timesheet*), que permita estabelecer a sua **relação inequívoca com a operação financiada**, o qual deve estar devidamente assinado pelo/a colaborador/a e validado pelo respetivo superior hierárquico.
- Os encargos com as remunerações de cada elemento do pessoal interno, incluindo as relativas ao trabalho suplementar, devem ser imputados,

mensalmente, de forma agregada numa **única linha de despesa**, ou seja, na listagem de despesas a apresentar a financiamento os beneficiários não devem separar as várias componentes elegíveis (remuneração base mensal, encargos sociais obrigatórios da entidade patronal, seguro de acidentes de trabalho, medicina no trabalho, subsídio de refeição, subsídios de férias e de natal, e ainda, se aplicável, a remuneração das horas prestadas fora do período normal de trabalho), uma vez que esse procedimento prejudica a aferição da elegibilidade das despesas por parte da EMPIS.

Com vista a facilitar o apuramento por parte dos beneficiários das despesas com remunerações de pessoal interno a imputar no âmbito das operações, a EMPIS 2030 procede à divulgação, em anexo, de um mapa de suporte ao cálculo das referidas despesas, o qual constitui um instrumento auxiliar de apoio que pode e deve, sempre que se justificar, ser adaptado pelos beneficiários em função das respetivas especificidades, desde que sejam garantidas as condições de elegibilidade associadas à natureza de despesas em questão.

Despesas não elegíveis

Nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, não se consideram elegíveis as despesas decorrentes de:

- **compensações pela caducidade** do contrato de trabalho ou indemnizações por cessação do contrato de trabalho de pessoal afeto à operação, bem como as entregas relativas ao **Fundo de Compensação do Trabalho** e ao **Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho**;
- **encargos não obrigatórios** com o pessoal afeto à operação;
- **quaisquer negócios jurídicos** celebrados, seja a que título for, com **titulares de cargos de órgãos sociais**, salvo os decorrentes de contrato de trabalho celebrado previamente à submissão da candidatura do beneficiário.

Resumo

Regras gerais para imputação remunerações de pessoal interno afeto à operação

Sejam respeitados os limites máximos elegíveis em termos de “Rbm”

Não seja excedido o custo obtido a partir da remuneração a que tenham direito por força da sua relação laboral com a entidade empregadora

Para cada colaborador/a, e por mês, deverá ser imputada uma única linha de despesa

O documento contabilístico de suporte a indicar na listagem das despesas é o recibo

Apuramento mensal a **tempo completo**

$VB + 2/12 VB + TS + (VB + 2/12 VB + TS) * ESEP + SR + 1/12 \text{ do valor anual SAT} + 1/12 \text{ MHST}$

- VB – Vencimento Base
- ESEP – Encargos Sociais obrigatórios da Entidade Patronal
- TS – Trabalho Suplementar
- SR – Subsídio de refeição
- SAT – Seguro de acidentes de trabalho
- MHST – Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho

- Impedimento temporário ao trabalho com perda remuneratória (faltas, baixas médicas)
→ valores terão de ser expurgados

Apuramento mensal a **tempo parcial**

Aplicação de percentagem de afetação resultante do rácio entre o número de **horas afetos à operação/número de horas efetivamente trabalhadas no mês**, suportadas por um **Registo Horário de Tarefas** (vulgarmente designado por *Timesheet*) ou **Declaração do beneficiário atestando a percentagem de afetação**

- Identificação do/a colaborador/a
- Identificação do período a que reporta
- Indicação do n.º de horas semanais do período normal de trabalho
- Horas afetas a cada operação financiada (horas de período normal de trabalho e horas extraordinárias)
- Descrição das tarefas realizadas
- Assinatura do/a colaborar/a e validação do/a superior hierárquico/a

3. Natureza e limites das despesas elegíveis com pessoal externo

São elegíveis os encargos com pessoal externo afeto à operação, quer seja prestado por **profissionais independentes**, quer seja prestado por **empresas**, desde que cumpridos os limites estabelecidos nas alíneas d) e e) do artigo 15.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação.

À semelhança do mencionado para o pessoal interno, o **valor mensal dos honorários a atribuir ao pessoal externo** tem como limite o montante previsto para a remuneração base dos cargos de direção superior de 1.º grau da Administração Pública, não se considerando a inclusão dos encargos sociais, nem de valores correspondentes a subsídios, nomeadamente, férias, Natal e alimentação, uma vez que os mesmos não fazem parte da remuneração base e não são devidos no caso de pessoal externo. Face aos princípios da racionalidade económica, eficiência e eficácia, e da relação custo/benefício, será de considerar um **valor máximo de € 30,00 por hora, acrescido de IVA, se devido e não restituível**.

As horas de trabalho prestadas no âmbito da operação devem estar suportadas por Nota de honorários/registos de tempos de trabalho/outro documento equivalente, que permita estabelecer a sua relação inequívoca com a operação financiada, o qual deve estar devidamente assinado pelo colaborador/a.

Despesas não elegíveis

Nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, e do artigo 31.º da Portaria n.º 325/2023, de 30 de outubro, não se consideram elegíveis as despesas decorrentes de:

- o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) recuperável, ainda que não tenha sido ou não venha a ser efetivamente recuperado pelo beneficiário;
- contratos celebrados com fornecedores de serviços cujo pagamento seja condicionado à aprovação do projeto pela Autoridade de Gestão.

4. Avisos

De acordo com o definido nos respetivos Avisos, os apoios a conceder no âmbito das tipologias de operação **Parcerias para a inovação social** e **Centros para o empreendedorismo de impacto** revestem a natureza de subvenção não reembolsável, através da modalidade de taxa fixa de 40% calculada sobre os custos diretos elegíveis com pessoal apurados em regime de custos reais.

Os custos diretos elegíveis com pessoal correspondem à remuneração do pessoal interno e externo que se encontra diretamente relacionado com a operacionalização da intervenção apoiada, relativos a funções técnicas essenciais, nomeadamente aquelas cuja execução implica um contacto direto com destinatários finais, sem as quais o impacto previsto pela iniciativa não seria alcançável, bem como os relacionados com a avaliação de impacto da IIES.

Sem prejuízo dos requisitos e regras decorrentes do REDQI e da metodologia de OCS, os avisos estipulam, adicionalmente, que nos custos diretos com pessoal **não são elegíveis encargos com deslocações, alojamento ou ajudas de custo** (a existirem, serão considerados outros custos da operação, sendo, como tal, financiados através da taxa fixa de 40% à base elegível de cálculo, isto é, aos custos diretos de pessoal elegíveis).

5. Documentos de suporte das amostras aleatórias

Remunerações de pessoal interno

1. Recibo de vencimento;
2. Registo horário de tarefas ou Declaração de afetação, no caso de colaboradores/as afetos/as a tempo parcial;
3. Mapa de apuramento mensal dos custos com as remunerações do pessoal interno;
4. Transferência bancária no estado "Efetuado"/cheque e extrato bancário, suscetível de evidenciar o correspondente movimento bancário;
5. Documentos comprovativos das entregas relativas à retenção de montantes para efeitos de IRS, contribuições para a Caixa Geral de Aposentações / Segurança Social, acompanhados dos extratos contabilísticos que permitam aferir da veracidade das entregas efetuadas.
6. Documentos comprovativos de despesa e pagamento referentes ao Seguro de acidentes de trabalho: Fatura/Recibo/Fatura-Recibo, Apólice e listagem de colaboradores seguros, elementos adicionais que sustentem os valores imputados.
7. Documentos comprovativos de despesa e pagamento dos serviços de Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho: Contrato e Fatura/Recibo/Fatura-Recibo, elementos adicionais que sustentem os valores imputados.

Honorários de pessoal externo/encargos com prestação de serviços por entidades externas

1. Fatura/Recibo/Fatura-Recibo dos honorários dos profissionais independentes ou da entidade prestadora de serviços;
2. Nota de honorários/outro documento equivalente que suporte a imputação da despesa;
3. Transferência bancária no estado "Efetuado"/cheque e extrato bancário, suscetível de evidenciar o correspondente movimento bancário;
4. Documentos comprovativos das entregas ao Estado da retenção na fonte mencionada na Fatura-Recibo/Recibo dos honorários dos profissionais independentes, se aplicável, acompanhados dos extratos contabilísticos que permitam aferir da veracidade das entregas efetuadas.

Documentos adicionais

Os contratos de trabalho celebrados com o pessoal interno afeto à operação e contratos de prestação de serviços celebrados com o pessoal externo devem ser enviados da primeira vez que for apresentada a financiamento uma despesa que lhes esteja associada.

Portugal
**INOVACÃO
SOCIAL**